



ACÓRDÃO Nº 576/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11847/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas – FDT.
- 4- **Responsável:** Martha Moutinho da Costa Cruz (Ordenador de Despesa).
- 5- **Exercício:** 2017.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 558/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas – FDT. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Martha Moutinho da Costa Cruz**, responsável pela Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas, no curso do exercício de 2017, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Dar Quitação à Sra. Martha Moutinho da Costa Cruz**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Determinar à Fundação Doutor Thomas**, na forma do art. 140, IV, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, que:



ACÓRDÃO Nº 576/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3.1.** Proceda à conciliação do inventário físico dos bens, em conformidade com os registros contábeis, em homenagem ao princípio contábil da oportunidade;
- 10.3.2.** Atente para os preceitos previstos na Lei nº 8.666/1993, no que tange a contratação direta por inexigibilidade de licitação.
- 10.4. Determinar** que se recomende à próxima Comissão de Inspeção que verifique se as propostas de correção do gestor foram implementadas;
- 10.5. Arquivar** o presente processo, por fim, após cumpridas as providências supracitadas.
- 11- Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 9 de Julho de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em exercício

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral